

A ASTÚCIA DO MARXISMO

REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DO TRABALHO NO FINAL DO MILÊNIO

Juarez Guimarães

O chamado “mundo do trabalho”, campo de referência e inspiração das proposições socialistas, chega ao final do milênio sob intensas pressões que, em seus fundamentos, são objetivas, isto é, têm uma realidade material derivada das profundas mutações próprias da era da microeletrônica e da informática.

As classes trabalhadoras, na medida que em geral não são protagonistas deste processo, sofrem objetivamente transformações desestruturantes da sua coesão, homogeneidade e integridade:

- em decorrência das medidas de *flexibilização*, vivenciam fortes mudanças no regime de trabalho (trabalho parcelar, precário, diferencial), que moldam as condições mais propícias para uma nova etapa de valorização do capital;

- enfrentam situações de *desemprego estrutural*, tanto pela menor taxa de crescimento médio do capitalismo, como pela “economia de trabalho” propiciada pelas novas tecnologias;

- experimentam a pressão sistemática para uma conformação *dual* do mercado de trabalho, seja através da diferenciação de regimes de contratação, seja através da *desregulamentação* que incide

diretamente sobre os direitos e conquistas do conjunto dos trabalhadores;

- deparam-se com alterações na sua *composição*, não apenas pelo deslocamento dos polos mais dinâmicos de valorização do capital, como por uma tendência à redução qualitativa da participação dos operários fabris no conjunto dos assalariados.

A estas pressões objetivas, soma-se uma erosão da “cultura do trabalho”, em parte identificada aos padrões de civilização conquistados ao longo do século, ou seja, de valores, idéias e atitudes que formavam um cinturão protetor em torno da valorização social do trabalho frente às virtualidades mais selvagens da lógica mercantil. Está em processo a mitificação da potência tecnológica em detrimento da potência criativa do trabalho humano; a interdição do mundo sindical como anacronismo; a desvalorização da política como arte da representação, mediação e universalização de interesses e projetos de classes ou agrupamentos sociais definidos; a dissolução, enfim, da própria aura da “dignidade do trabalho”, tão formadora de comportamentos na sociedade burguesa.

Há, por certo, um lugar onde estas pressões objetivas e subjetivas se amalgamam e se alimentam mutuamente. Este lugar é o da “sociabilidade do trabalho”, o espaço de travessia entre o “mundo do trabalho” e o “mundo da reprodução social”. Este espaço, em um período histórico já tão marcado pela ação das redes homogeneizadoras da mídia e pela intensa penetração das mercadorias, antes desconstitui do que projeta a personalidade do trabalhador na sociedade. Tudo que se convencionou chamar de pós-modernidade – a cultura da fragmentação – reflete esta passagem problemática, desestruturante, do “mundo do trabalho” ao “mundo social”.

Diante de tal rede de pressões, os socialistas têm diante de si três campos possíveis de postura:

1. virar a face ou desvalorizar o processo de mutação sofrido pelo trabalho nas sociedades contemporâneas, a partir de formas fi-

xas e estabelecidas do marxismo, opondo um “sistema fechado de conceitos” à lógica hostil do real em mutação: transformar o marxismo em cidadela de resistência mais do que em ponte para o futuro;

2. em nome de um certo apego às realidades tangíveis da vida, adesão, como “ala esquerda”, ao processo em curso de mutação do trabalho. Aqui, o campo de referências deixa cada vez mais de ser o marxismo em sua autonomia ideológica e intelectual e passa a ser o próprio campo “desestruturante” do trabalho, aceito nas suas premissas e apenas relativizado em suas conseqüências;
3. “flexibilizar” o campo do marxismo, renovando a sua capacidade explicativa, de denúncia e utópica, a partir das contradições próprias das mudanças em curso.

Este pequeno ensaio é uma tentativa de reflexão crítica sobre estas três possibilidades.

O ARDIL DO TRABALHO

“De um lado, o recurso à psicologia racionalista da utilidade marginal e da combinação ótima dos fatores de produção reflete e justifica os papéis capitalistas (acumulação, inovação etc.); de outro lado, a afirmação do papel primordial do trabalho desempenhado na produção das riquezas exprime ao nível teórico os esforços de auto-apreciação dos assalariados em sua resistência à exploração. Trata-se, na verdade, de duas ‘subjetividades’ sociais que buscam encontrar fundamentos objetivos para as suas práticas; os pontos de vista divergem inegavelmente, mas não impedem os economistas dos dois campos de incidir na fetichização da economia, desta economia que eles partilham, mesmo se chocando frontal-

mente. Pode-se ser tentado, é verdade, a recusar análise esta relembrando o historicismo resoluto dos marxistas que, em sua esmagadora maioria, enfatizam a incompletude ou imperfeição do capitalismo como modo de produção. Mas não há aí um historicismo naturalizado ou um naturalismo historicizado que pretende elucidar uma dinâmica social a partir de algumas matrizes básicas, razoavelmente marcantes e identificáveis?". (VINCENT, 1987)

Ao se pretenderem uma espécie de crítica ao capitalismo a partir da ótica do trabalho, as formas dominantes do marxismo, durante este século, essencializaram esta categoria transformando-a em algo como o alicerce de todo um edifício teórico petrificado. Este edifício, apesar de sempre legitimado pela letra do texto original de Marx (não submetido a uma leitura historicizada), representava, na verdade e no fundamental, um caminhar no sentido inverso ao esforço de Marx. Isto se expressa em diferentes dimensões:

- na limitação do campo marxista ou, pelo menos, na ênfase desequilibrada do seu esforço analítico na dimensão econômica do capitalismo, desvalorizando sistematicamente as outras instâncias da vida social (como a cultura) ou derivando-as da base econômica (a determinação, em última instância ou na sua forma mais mecanicista, da "superestrutura" pela "infra-estrutura"). O esforço de Marx foi justamente de criticar a naturalização das categorias econômicas, revelando os caminhos pelos quais o processo de valorização do capital operava a metamorfose de coisas em relações sociais e vice-versa;

- na configuração, dentro deste campo economicista de análise, de uma naturalização de categorias, em busca de leis de evolução do capitalismo para além da sua historicidade concreta. O exemplo maior desta naturalização é justamente a "teoria do valor-trabalho", transformada em chave explicativa primeira e incondicionada. Ora, a naturalização das categorias era exatamente o limite da economia

política inglesa, inclusive no seu representante mais lúcido, David Ricardo, que Marx pretendeu superar. Para ele, a análise da plena vigência da lei do valor, naquele momento de desenvolvimento do capitalismo, implicava em considerar as seguintes condições: a) plena liberdade de circulação de mercadorias; b) existência de mercado de trabalho livre; c) mínima interferência e participação do Estado; d) inexistência de mecanismos de regulamentação de preços; e) plena liberdade de concorrência. O desenvolvimento do capitalismo no século XX não fez senão construir os elementos de um bloqueio sistemático à lei do valor;

- na construção de uma ontologia do ser social, a partir da categoria “trabalho”, cujo subproduto mais estridente era exatamente o envolvimento das classes trabalhadoras em uma metafísica do sujeito, isto é, a atribuição, à classe operária, para além de sua concretude, de uma consciência e papel históricos. Tinha-se, aí, um caminho novamente inverso ao de Marx, na medida em que isto significou alienação perante as classes trabalhadoras no real, em um período histórico em que, como fruto da progressão da divisão social do trabalho, processava-se a sua diferenciação em profundidade. Toda a trajetória política de Marx foi marcada por um esforço de aproximação do movimento real da classe operária do seu tempo, em uma oposição crítica e sistemática às seitas utópicas;

- na perseguição de leis intrínsecas ou tendenciais de desenvolvimento do capitalismo, que impregnou as formas dominantes do marxismo de determinismo histórico, congelando pela negativa, de forma simétrica aos apologetas do capitalismo, o rico veio historicista do marxismo original;

- na angulação economicista da crítica ao capitalismo que, por sua vez, contaminou as construções utópicas do marxismo de produtivismo e fetichização das forças produtivas, deprimindo ou subordinando as virtualidades do marxismo como humanismo radical. Aqui, muitas vezes as formas dominantes do marxismo foram presas elas próprias nas redes da “religião do trabalho”, típicas de um

período em que o capitalismo buscava prioritariamente disciplinar massivamente a força de trabalho nas regras do reino mercantil.

Religião laica do “mundo do trabalho”, estas formas dominantes do marxismo tornaram-se prisioneiras do seu excesso. Quando o capital, empenhado em abrir novos horizontes de valorização, submete este “mundo do trabalho” à crítica corrosiva do mercado, são também estas formas sólidas do marxismo que se desmancham no ar.

O ARDIL DO CAPITAL

“A questão não será mais tornar-se um mundo, mas ir em direção ao mundo”. (VINCENT, 1987)

Desfeitas em seu auto-centramento, estas formas dominantes do marxismo encontram-se ante o desafio de ir ao mundo. Um retorno com mil riscos, para quem vem do exílio de um país estranho: o maior de todos, o *desencantamento do trabalho*. Tomar o que é pelo que deve ser e o que deve ser como expressão do real: a inexorável rota do trabalho para o nada.

Adam Schaff, por exemplo, em *A sociedade informática*, atribui às transformações abertas pela micro-eletrônica importância semelhante às da revolução industrial. Chamando-as de “segunda revolução industrial”, estabelece aquilo que julga ser a diferença fundamental entre elas: *“enquanto a primeira revolução conduziu a ‘diversas facilidades’ e a um incremento no rendimento do trabalho humano, a segunda, por suas conseqüências, aspira à eliminação total deste”.* (SCHAFF, 1990)

Claus Offe, em *Trabalho: Categoria Sociológica Fundamental?*, critica a centralidade da categoria trabalho como fruto da expansão exponencial do “setor de serviços”, retirando desta categoria a condição de fundamento organizativo da sociedade. A expansão de posições de classe “intermediárias” ou “mescladas”, as novas clivagens entre formas de trabalho “produtoras de bens” e formas de

trabalho “geradoras de serviços”, a nova vitalidade do setor informal e o aprofundamento das diferenciações do mercado de trabalho criariam uma nova estratificação social, inapreensível pelas referências tradicionais da categoria trabalho.

André Gorz, em seu *Adeus ao proletariado*, faz uma crítica extremada ao operariado industrial, típico da indústria capitalista: “*esta classe operária tradicional não passa de uma minoria privilegiada*”. (GORZ, 1982) Em contrapartida, vê a aparição de um neoproletariado, uma não classe de não produtores:

“a maioria da população pertence a esse neoproletariado pós-industrial dos sem estatuto e dos sem classe, que ocupam os empregos precários de ajudantes, de tarefeiros, de operários de ocasião, de substitutos, de empregados em meio expediente (empregos esses que, num futuro não muito distante, serão abolidos pela automatização), cuja qualificação determinada por tecnologias de rápida duração muda continuamente e, de qualquer modo, não tem relação com os conhecimentos e ofícios que podem ser aprendidos nas escolas ou faculdades”.
(Idem).

À anúncio das possibilidades do fim do trabalho corresponde, em alguns autores, uma antecipação da angústia do ser social desvalido do trabalho. Schaff argumenta que a redução progressiva da jornada de trabalho “*até que chegemos a uma cifra de uma ou meia hora semanal*” seria absurda do ponto de vista das experiências psíquicas do trabalhador: “*abaixo de um certo mínimo de horas de trabalho*” (qual mínimo?), o chamado tempo livre se converteria em carga psíquica. Produz-se de fato uma “*poluição do tempo livre*”. (SCHAFF, 1900:33)

Alec Nove, em *A economia do socialismo possível*, ao discorrer sobre as mudanças tecnológicas e suas repercussões nas necessidades humanas, considera que pode “*até acontecer que a eliminação de certas tensões crie novos conflitos: assim a falta de luta e de esforço*

podem levar ao tédio e o tédio pode ser fonte de desordem social." (NOVE, 1987:303)

Hannah Arendt, em *A condição humana*, nos fala da "bênção ou alegria do labor", da "recompensa das fadigas e das penas (que) está na fertilidade da natureza", na tranqüila certeza de que cumpriu sua parte de "fadigas e penas". Além de perder esta bênção, Arendt considera "uma ilusão de uma filosofia mecanicista" a suposição de que a energia da força de trabalho, "se não dissipada e exaurida nas tarefas pesadas da vida, nutrirá outras atividades superiores." (ARENDR, 1987:118-120)

Se antes falamos do ardil do trabalho, é preciso agora falar do ardil do capital. Pois há, em todo este debate em torno das previsões da extinção do trabalho e das angústias daí decorrentes, uma ilusão de ótica, mais propriamente falando: a substituição do mundo contraditório da valorização do capital por uma alegoria de um mundo recriado pelo vôo livre da tecnologia.

Este vôo livre (na verdade, a expansão de fronteiras da valorização do capital) implica em abolir a cena histórica, o ritmo desigual de desenvolvimento do capitalismo no espaço e no tempo (a sua natureza cíclica), bem como as formas contraditórias da sociabilidade em um ambiente de crescente redução do tempo de trabalho nos marcos de uma sociedade hierarquizada pela dominação capitalista. Implica, sobretudo, em abolir o desenvolvimento explosivo de uma contradição que ameaça a própria reprodução de uma economia capitalista de mercado. A abolição progressiva do trabalho assalariado, combinada com a expansão da capacidade produtiva, gerará de forma crescente uma crise de superprodução, isto é: como serão realizados os lucros dos capitalistas em um contexto em que haverá cada vez menos renda assalariada para comprar as mercadorias produzidas? A abolição do trabalho em sua forma pura levaria, em seu rastro, à própria abolição da economia mercantil.

A ASTÚCIA DO MARXISMO

O roubo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela própria indústria. Tão logo quanto o trabalho em sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e portanto o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso. O sobretrabalho da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não trabalho de uns poucos deixou de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso, desmorona a produção fundada no valor de troca.” (MARX, 1972:229)

Driblando o “ardil do trabalho” e o “ardil do capital”, o marxismo está desafiado a se renovar pela *flexibilização* do seu campo analítico. Trata-se de retomar a capacidade de analisar o *curso das contradições* do capitalismo contemporâneo, isto é, de evitar tanto as cosmovisões planas ou positivistas como os conceitos que fixam, congelam as contradições. Isto implica em operar quatro deslocamentos analíticos fundamentais:

1. reconhecer o *deslocamento relativo* da centralidade do trabalho na constituição da vida social, a partir da significativa redução da jornada de trabalho verificada ao longo do século e do intenso adensamento das redes de sociabilidade (cultura, mídia etc.). Em troca, é preciso abertura para incorporar toda uma série de espaços vitais que cresceram contraditoriamente à margem do espaço do trabalho;
2. analisar o deslocamento em curso dos setores vitais das classes trabalhadoras e sua nova configuração na época da microeletrônica. Uma nova sociologia dessas classes – com seu mundo plural e dissonante – precisa ser construída;

3. reconhecer a autonomização relativa mas crescente da produção social de riquezas em relação ao “*trabalho em sua forma imediata*”. Isto implica, em contrapartida, na capacidade de entendimento das formas de regulação social das fronteiras científicas e tecnológicas contemporâneas;
4. reconhecer a obstaculização estrutural da operação da lei do valor em meio às formas do capitalismo contemporâneo, deslocando os eixos do estudo das contradições da acumulação para a análise dos monopólios e da regulação estatal. O que repõe, em conseqüência, a capacidade de pensar o que seria o controle social – as mediações ideológicas, políticas e sociais – dos monopólios e do Estado moderno.

O DESAFIO DA ASTÚCIA

Abrir-se ao mundo, tornar-se mundo: retomar as polaridades originais do marxismo, entendido como filosofia de uma práxis, em si mesma problemática, em um período histórico em que o capitalismo avança em sua capacidade de ocupar toda a vida e o imaginário social.

Frente à tentação de dissolver a autonomia do marxismo ou de presevá-lo em suas formas congeladas está o exercício difícil da astúcia: entender que é do ponto de vista da construção de uma nova hegemonia, isto é, de um novo princípio civilizatório que não o mercantil, que se pode atualizar a crítica das contradições explosivas geradas pelos processos recentes de mutação do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah, *A condição humana*, Rio de Janeiro, Forense, 1987.
- GORZ, André, *Adeus ao proletariado*, Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- MANDEL, Ernest, "Marx y el porvenir del trabajo humano", in **Revista Inprecor**, nº 50, outubro de 1956.
- MARX, Karl, *Grundrisse*, tomo II. México, Ed. Siglo XXI, 1972, tomo II.
- NOVE, Alec, *A economia do socialismo possível*, São Paulo, Ática, 1987.
- OFFE, Claus, "Trabalho: categoria sociológica fundamental?", *Trabalho e sociedade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985, vol. I.
- PAULA, João Antonio de, *A crise da teoria econômica marxista*, Belo Horizonte, 1993, (mimeo).
- SCHAFF, Adam, *A sociedade informática*, São Paulo, UNESP/Brasiliense, 1990.
- VICENT, Jean-Marie, *Critique du travail, le faire et l'agir*, Paris, Presses Universitaires de France, Paris, 1987.